

20/08/2015 - 05:00

## Por governabilidade, Roberto Rodrigues prega novo 'Centrão'

Por **Fernando Lopes***Rodrigues: interlocutor do agronegócio sugere que Dilma nomeie como coordenador**alguém respeitado pela oposição*

Roberto Rodrigues chegou à Avenida Paulista no domingo convencido de que a melhor saída para conter a crise política que assola o país é promover um armistício capaz de garantir que a presidente Dilma termine seu mandato, no fim de 2018, sem que a economia brasileira vá a nocaute até lá. O ex-ministro da Agricultura não mudou de opinião, mas deixou a manifestação com o temor de que talvez o tempo para isso já tenha ficado curto demais.

Militante do agronegócio há cinco décadas, Rodrigues se tornou a principal referência do setor no Brasil em grande medida graças a sua veia conciliatória. Sempre que pode, realça a importância das cadeias de produção competitivas, prega uma maior integração entre pequenos e grandes agricultores e defende um "cooperativismo de resultados", sem paternalismos. E, aos 73 anos recém-completados, trabalha 16 horas por dia em diagnósticos, estudos ou qualquer outra coisa que multiplique as sinapses necessárias para fomentar as ideias que norteiam sua atuação.

Assim driblou as resistências do PT e se tornou ministro do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, depois de ter colaborado, nas eleições do ano anterior, com as propostas de governo do candidato derrotado José Serra, do "arquirrival" PSDB. Assim prestou serviços para as candidaturas presidenciais tucanas de 2006 (Geraldo Alckmin), 2010 (José Serra) e 2014 (Aécio Neves) sem perder acesso ao Planalto petista. E assim acredita, atualmente, que pode colaborar para uma solução negociada para a crise.

Em entrevista realizada na segunda-feira na sede da Fundação Getúlio Vargas (FGV), localizada em uma travessa do palco paulistano das manifestações da véspera, Rodrigues afirmou ao **Valor** que, dada a polarização que se criou no cenário político atual - e considerando que não há base jurídica para um eventual impeachment da presidente -, a melhor solução é suprapartidária, algo nos moldes do "Centrão" alinhavado pelo então deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB) para destravar a Assembleia Nacional Constituinte, no fim da década de 1980.

Transportado aos também áridos tempos atuais, o "Centrão", conforme Rodrigues, desembocaria em uma espécie de "parlamentarismo branco" guiado por um ministro forte e capaz de amalgamar uma agenda comum suficiente para garantir o corte das despesas do governo federal, fazer avançar o ajuste fiscal, devolver um pouco de confiança ao empresariado e viabilizar a retomada de investimentos que façam o país voltar a crescer.

"A governabilidade poderá ser garantida por um plano de governo respaldado por um 'Centrão' preocupado com o Brasil e formado por representantes com visão estratégica para administrar o país. Acredito que a presidente aceitaria dialogar", afirma. Mais difícil é encontrar alguém com perfil para ser esse ministro forte e respeitado o bastante para dividir o timão com a presidente Dilma. Teria que ser alguém com bom trânsito no Planalto, na Esplanada e no Congresso, com passagem por dois ou mais partidos importantes.

De bate-pronto, Rodrigues lembra da figura de Eduardo Campos, que por dois mandatos governou Pernambuco, e que, como presidente do PSB, morreu em um acidente aéreo no ano passado em plena campanha à Presidência. Sua vice na chapa era Marina Silva, e não é segredo para ninguém que o neto do ex-governador Miguel Arraes angariava a simpatia de caciques do PT e do PSDB, Lula e Fernando Henrique Cardoso entre eles.

Durante a campanha presidencial do ano passado, lembra o ex-ministro e hoje embaixador especial da FAO para as cooperativas e coordenador do centro de agronegócio da FGV, seu caminho mais uma vez cruzou com o de Eduardo Campos antes de um debate promovido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), até pouco tempo antes presidida pela atual ministra da Agricultura, Kátia Abreu. Logo depois de sabatinar Aécio, recebeu uma ligação do "rival" do tucano, que queria informações sobre o agronegócio para ajudar em sua performance nas discussões. Prestou a "assessoria" por telefone mesmo e, como se sabe, Eduardo passou na prova dos ruralistas - apesar de Marina Silva, que sofre forte resistência dos ruralistas em geral.

Sem o socialista na cena política - "que seria o candidato ideal à Presidência em 2018" -, Rodrigues franze o cenho e lembra de Henrique Meirelles, ainda que o ex-presidente do Banco Central e atual presidente da holding J&F (que controla a gigante de proteína animais JBS) não esteja entre os melhores amigos de Dilma. E prefere não lembrar de mais ninguém. "Mesmo o Meirelles não é uma sugestão, apenas lembrei de alguém que já esteve em partidos que hoje se opõem".

No cerne das preocupações de Rodrigues está a economia brasileira. Em sua avaliação, a situação não estaria tão ruim não fosse o contágio das agruras políticas, mas a corda esticou de tal forma que muitos setores da economia estão inclusive se aproveitando para promover ajustes que, em outras condições, talvez fossem difíceis de serem feitos na velocidade observada atualmente. "Entre os planos Collor e Real, a agricultura não teve escolha a não ser se ajustar, e nesse processo milhares de produtores rurais quebraram. Foi dolorido, mas necessário para que o agronegócio brasileiro pudesse aproveitar os ventos favoráveis que vieram depois, sobretudo quando a demanda de países emergentes como a China catapultou a produção e as exportações do setor".

Roberto Rodrigues reforça que, embora tenha ido a diversas manifestações desde 2013 - inclusive às de março e abril, na mesma Paulista que agora vê da janela -, está longe de pregar qualquer medida que abra a porta para uma rachadura em instituições democráticas que se sedimentaram no país nas últimas três décadas. Faz questão de que as investigações da Lava Jato prossigam enquanto houver perguntas sem respostas, sangria de dinheiro público e corruptos à solta, sejam políticos ou empresários, de qualquer matiz ideológica. Mas afirma que uma caça às bruxas indiscriminada e sem amparo da Constituição deve ser evitada. "Todas as responsabilidades tem de ser apuradas, mas com rigor e cuidado. É preciso, por exemplo, separar os empresários das empresas. O Brasil não pode parar".